

PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO E A DEFESA MILITAR-NAVAL: UM ENSAIO À LUZ DA GEOGRAFIA CRÍTICA DE MILTON SANTOS E DAVID HARVEY

Alexandre Rocha Violante e Eurico de Lima Figueiredo

INTRODUÇÃO

A dimensão político-estratégica do mar possui grande peso em um litoral de 7.367 km de extensão, além de 5,7 milhões de km² de soberania marítima. Daí percebe-se a importância dos rios e do Atlântico Sul para questões relativas à economia, conservação, proteção, defesa e segurança, e estratégia para a consecução dos objetivos políticos da Nação.

Ao mesmo passo que o mar é um integrador de povos e culturas, este também é um espaço de disputas territoriais e geopolíticas. Cooperação e

conflitos estão presentes nos mares e oceanos do mundo desde as comunidades políticas mais longínquas, na aurora do homem, que com o desenvolvimento de ferramentas e técnicas, criaram tecnologias nem sempre sustentáveis em seu processo evolutivo.

Nesse contexto, Milton Santos (1994; 2001) mostra o papel que as técnicas alcançaram na produção da história mundial, a partir da revolução industrial. Esse movimento de grande aceleração transformou o mundo. Assim, sistemas técnicos passaram a envolver formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, formas de informação, etc. A junção da ciência e da técnica veio reforçar a relação entre a ciência e a produção, tornando-se a base ideológica da atual globalização, benéfica a apenas alguns poucos atores.

Harvey (2005) acrescenta que a permanente necessidade capitalista em implementar a circulação da produção acaba por promover ajustes espaciais, como a preservação de locais especiais, e a destruição de outros, para que seja mantida a desigualdade entre as economias avançadas e periféricas. Os chamados espaços criativos de destruição causam um processo cíclico que ocasiona tais desajustes, possibilitando o surgimento de inovações tecnológicas como forma de superação permanente, necessárias ao próprio desenvolvimento do capitalismo.

Simplificando, em prol do consumismo, o capitalismo cria um problema para apresentar uma solução, em um desenvolvimento que se torna insustentável e irracional em médio e longo prazo. Daí o incremento de crises político-econômicas mundiais, percebidas de forma mais constante desde o final do século passado e que persistem no início deste século. Tornou-se fato que um sistema mundo cada vez mais globalizado, em prol das atuais

hegemonias – o que inclui a presença de atores transnacionais apátridas que atuam a bel prazer de seus próprios interesses individuais – tem aumentado as disparidades econômicas e sociais entre o centro e a periferia, gerando cidadãos de segunda classe, mesmo nas potências mundiais.

Esses antagonismos estratégicos estão presentes nas fronteiras marítimas, na busca por recursos naturais, cada vez mais escassos, principalmente nos espaços marinhos recém-angariados pelos países emergentes, com o advento da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar, assinada em 1982, em Montego Bay, e que entrou em vigor em 1994, com a ratificação do 60º do Estado-parte.¹

No entanto, dada a importância do mar para o desenvolvimento, como então garantir a defesa desses espaços geográficos nacionais, de modo que os Estados Nacionais periféricos realizem atividades que poderão levá-los a um desenvolvimento sustentável, de forma integrada e mais harmônica possível, diante de entendimentos antagônicos do ponto de vista estratégico? Será apenas a lei do mar suficiente para garantir a soberania no mar das potências emergentes?

Em termos estratégicos, as maiores ameaças militares aos interesses nacionais e dos países vizinhos do Atlântico Sul podem advir pelo mar, sejam elas por meio de conflitos interestatais (ameaças tradicionais) ou por meio das chamadas “novas ameaças”.²

Os conflitos podem ser motivados pela exaustão de recursos naturais, pelo envolvimento inadvertido ou intencional em disputas de outros por

¹ 166 partes ratificaram a Convenção: 163 países membros da ONU + o Estado da Palestina, a União Europeia (cujos países são duplamente representados) e as Ilhas Cook. Os EUA, Israel e Peru, entre outros, não são signatários da Lei do Mar.

² São comumente identificadas como: terrorismo, tráfico ilegal de armas, drogas e pessoas, pesca ilegal, contrabando, descaminho, pirataria e, até, ações terroristas.

espaços marinhos, ou, ainda, por ação deliberada por parte de atores hostis, sejam eles estatais ou não. A defesa dos interesses político-estratégicos das potências hegemônicas e revisionistas, que buscam recursos para seu desenvolvimento nem sempre sustentável, elevam a atenção a fontes e redes de distribuição energética ao redor do globo. A guerra da Ucrânia é um bom exemplo disso, em sua vertente marítima. Percebe-se que basear-se apenas na Lei do Mar é arriscado para garantir jurisdição em áreas riquíssimas de recursos naturais, o que pode interferir na proteção, uso e defesa da Amazônia Azul³ e de suas águas adjacentes, como nas reservas existentes no pré-sal brasileiro, que perpassam esses limites jurisdicionais.⁴

De forma mais específica, os recursos de viés energético (como óleo, gás, minérios e energias renováveis) são os mais visados na atualidade, estando seus espaços cada vez mais sujeitos à securitização, ou seja, podendo se, ainda, mais politizados do que já são. Isso decorre da criação de boas ou más práticas de soberania, quando os Estados descumprem acordos que afetam à segurança de seus cidadãos, pelos mais variados motivos: clima, segurança alimentar, humanitários, ambientais,⁵ entre outros, originando a possibilidade de intervenções de atores com maior poder relativo que o Brasil e seus vizinhos.

Torna-se pertinente, então, discutir o quanto o mar pode ser securitizado, já que esse processo busca legitimar o uso singular da força e a adoção de excepcionalidades para conter uma suposta ameaça, tornando-se um conceito-chave nas teorias das políticas de segurança e defesa. Os estudos de Figueiredo

³ Representa as águas interiores, o Mar Territorial, a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental Estendida, ou seja os espaços marinhos em que o Brasil possui algum nível de jurisdição.

⁴ Sobre o Pré-Sal, cerca de 80% de suas reservas estão localizados até as 200 milhas náuticas. As demais se encontram em uma distância ainda maior da costa, além dos limites das 350 milhas náuticas de plataforma continental.

⁵ Sobre securitização: RODRIGUES, 2012; MARRONI; DE CASTRO; VIOLANTE, 2018.

(2010; 2015a) apontam que as questões de Defesa Nacional e Segurança Internacional podem proporcionar uma relação entre as Políticas Públicas na área do mar, da Ciência, Tecnologia e Inovação e dos Estudos Estratégicos, sendo o uso da força a última *ratio* do Estado para defender seus interesses político-estratégicos.

Assim, proteger, conservar, utilizar e defender esses espaços de poder caminha pela elaboração e consecução de um Planejamento Espacial Marinho (PEM), que procura (re) organizar de forma prática o uso dos espaços costeiros e oceânicos (marinhos) e as interações entre os usos humanos (como a pesca, aquicultura, navegação, turismo, produção de energia renovável, mineração marinha, defesa militar etc) e entre usos e ambientes marinhos.

Percebe-se, como uma das áreas de estudo do PEM, que a defesa militar-naval possui muitas responsabilidades na manutenção da soberania na Amazônia Azul. Isso favorece as ações, projetos e programas derivados da integração dos diversos atores e saberes do PEM, que perpassam as ciências da vida e as humanidades. A relação entre o Planejamento Espacial Marinho e a defesa militar-naval converte-se em uma perspectiva nova e necessária nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Um Poder Naval crível se faz por uma Marinha de Guerra bem treinada e bem equipada tecnologicamente, capaz de se impor às ameaças presentes e futuras, e que impeçam a relativização da soberania marítima, principalmente pela dissuasão, ante a cobiça e discordâncias geoestratégicas e econômicas de atores estatais e transnacionais. A partir do apresentado, este capítulo analisa a importância do domínio de tecnologias sensíveis para o desenvolvimento nacional sustentável e racional, correlacionando-a com o Planejamento Espacial Marinho.

À luz do pensamento crítico de Milton Santos e David Harvey, discutem-se importantes aspectos políticos que mostram certa submissão a interesses externos, por parte da elite brasileira, por suas escolhas políticas, dificultando o desenvolvimento de projetos estratégicos de relevância decorrentes do *spin off* de tecnologia militar ao uso civil, o que proporcionaria maior desenvolvimento à indústria nacional.

A SOBERANIA NO MAR POR MEIO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AO MAR

Há poucos estudos da área de defesa no Brasil. A defesa comumente fica a cargo de estudos das Escolas militares e de alguns poucos Centros e Institutos de Estudos Estratégicos, concentrados nas regiões sudeste e sul do país. Entretanto, tratar da proteção, conservação e o uso de recursos vivos e não vivos nos espaços marinhos nacionais, sem que a defesa militar-naval esteja inclusa nesse processo é uma distopia.

Até porque pensar em defesa não é apenas interligá-la à dimensão militar. A dimensão civil também é muito importante. Essas dimensões estão dialeticamente interligadas e somente por uma abstração teórica que uma parte pode ser destacada da outra (MARRONI, 2017). Há muitos países bem adiantados no processo de integração de políticas marinhas alinhadas a uma defesa crível de seus espaços marinhos, principalmente as potências centrais, na União Europeia, cujas questões transfronteiriças são mais presentes que no Atlântico Sul.

Os Estados que melhor estabelecerem e coordenarem esses projetos e planos estratégicos, derivados de políticas públicas importantes a um desenvolvimento tecnológico autóctone ou menos dependente de outros atores,

poderão romper barreiras exteriores a uma maior inserção e projeção global da periferia no sistema. Isso decorreria de uma contestação ao pensamento único globalitário que tem levado a segregação social, econômica e estratégica. Novos modelos à atual globalização seriam como contra racionalidades fundadoras e o mar, como última fronteira a ser conquistada está inserido nesse processo.

Na atualidade, o Brasil tem se preocupado, em curtíssimo prazo, com o tráfico ilegal de drogas, armas e humano, com o terrorismo, com o contrabando e demais ilícitos transnacionais, as chamadas ‘novas ameaças’. No entanto, não se pode esquecer das ameaças tradicionais, mais robustas e perigosas à soberania marítima. Há, cada vez mais, a presença maior de atores transnacionais, praticamente apátridas, que, ao deterem alto nível de tecnologia em suas corporações, influenciam e até mesmo possuem certo grau de autonomia no processo decisório de *high politics* de muitos Estados, encontrando-se nas fronteiras de um sistema regulatório estatal. O que fazer para que tais ameaças não impeçam o desenvolvimento sustentável do Brasil em seus espaços marinhos?

Não há dúvida que uma dessas respostas é maior investimento em projetos e programas tecnológicos, nas mais diversas áreas, que levem o Brasil ao desenvolvimento sustentável e racional, em uma ‘grande estratégia’ de redução das desigualdades internas e de ascensão internacional por uma globalização que seja menos restritiva e assimétrica.

Tal desenvolvimento congrega a tecnologia e a defesa, de modo que o Brasil não se submeta a interesses externos contrários aos objetivos político-estratégicos desse projeto de poder. Conforme explicitado nas END de 2012 e de 2016:

Estratégia Nacional de Defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento (BRASIL/END, 2012, p.43).

Esse projeto de poder, de acordo com a Política Nacional de Defesa (BRASIL, PND, 2016), estabelece quatro Objetivos Nacionais vinculados às relações internacionais, quais sejam: garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas; contribuir para a estabilidade regional, a paz e a segurança internacional; além de contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

Uma primeira análise, derivada desses objetivos, mostra com relação aos espaços marinhos no Atlântico Sul que o Brasil busca contribuir para a manutenção da Paz e da Segurança Internacional, estabelecer formas de cooperação e parcerias estratégicas, reduzir a possibilidade de conflitos pela integração e cooperação - residindo essa porção preventiva na valorização da diplomacia e na busca de capacidades militares que gerem dissuasão.

Para tal, a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações (PNCTI) e a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) complementam as ações para o desenvolvimento e defesa contidas na PND, direcionando os investimentos nas políticas nacionais de CT&I em áreas e tecnologias sensíveis e estratégicas. Quanto maior o avanço na CT&I, maior o reflexo com os objetivos nacionais para a consecução das tarefas básicas do Poder Naval, visando à proteção, conservação, uso e defesa dos recursos do mar, pelo estabelecimento de

programas conjuntos que assegurem a soberania nacional e contribuam para alavancar a posição de protagonismo brasileiro no Atlântico Sul.

A missão fundamental da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), que norteia a própria política do setor para o período de 2016 a 2022, tem sido a promoção da CT&I como um dos eixos estruturantes do desenvolvimento nacional. Nesse contexto, destaca-se o fortalecimento da articulação entre a política de CT&I com as demais políticas de Estado e entre os vários atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Essa inter-relação visa fortalecer a reestruturação das Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais decorrentes. Assim, colabora-se para o estabelecimento de uma Base Industrial de Defesa robusta, em áreas sensíveis e estratégicas, de modo a efetuar o *spin off* tecnológico em outras áreas importantes ao desenvolvimento nacional (VIOLANTE, 2020).

Nos últimos anos, apesar de ter-se buscado uma maior integração das políticas, programas e projetos nas mais diversas áreas ligadas ao mar, o PEM, no Brasil, encontra-se aquém do desejado, apesar de sua retomada de prioridade a partir de 2017, quando o Brasil comprometeu-se em elaborar e de implantar o PEM no país até 2030, de acordo com a Ação Oceânica 19704 do item 334 do Anexo II do Relatório da Conferência das Nações Unidas para Apoio à Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (*Report of the United Nations Conference to Support the Implementation of Sustainable Development Goal 14: Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources for sustainable development*) (UN, 2017).

Na área da defesa militar-naval, o atual Poder Marítimo e Naval⁶ não condiz com a estatura política e a inserção internacional pretendidas. De fato, é preciso, primeiramente, conhecer o mar que nos pertence para, depois, protegê-lo, conservá-lo, utilizá-lo sustentavelmente e defendê-lo.

DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA E SEUS CERCEAMENTOS

Defender é ocupar os espaços. Toda a sociedade deve estar envolvida no processo de defesa nacional. A partir dos interesses individuais, surgem os interesses da coletividade e é justamente aí que se encontra a verdadeira estratégia de um Estado: defender sua população, riquezas, seus objetivos políticos e forjar a maritimidade de seu povo (VIOLANTE, 2020).

Dentro dos elementos geográficos importantes, nominados por Mahan (1890), para que um país se transforme em uma Potência Marítima, como: posição geográfica, tamanho da população, conformação física, extensão geográfica, talvez os mais importantes sejam aqueles que não podem ser modificados pela tecnologia, mas pela educação e conscientização da importância do mar para o desenvolvimento: o caráter da população e o caráter do governo. Na verdade, os dois se confundem, pois os governos são compostos por representantes do povo. Apesar de dificuldades na formação de uma consciência marítima, programas e projetos ligados ao mar e de viés militar-naval vêm sendo desenvolvidos com esforço de abnegados brasileiros.

Como exemplo, o Programa Nuclear Brasileiro, mais particularmente o Programa Nuclear da Marinha, conta com a cooperação de universidades, empresas nacionais e outras instituições nacionais afetas à área nuclear,

⁶ Poder Marítimo se concretiza na capacidade política, econômica e militar de uma potência em usar o mar, abrangendo os aspectos políticos, econômicos, geopolíticos, psicossociais e militares. Poder Naval é o braço militar do Poder Marítimo, relacionando-se aos aspectos militares da estratégia.

possuindo *spin off* espetacular para a autonomia em diversas áreas como a agricultura, medicina e energia, por exemplo. Na área de segurança e defesa, o projeto de construção do submarino convencional com propulsão nuclear (SCPN-BR) contribuirá à renovação tecnológica da Esquadra, tão necessária à manutenção da soberania e de uma cooperação estratégica nos espaços oceânicos do Brasil e do Atlântico Sul.

O projeto do SCPN-BR⁷ faz parte de um programa maior, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB, que prevê, além da construção dessa arma submarina, a construção de uma unidade de estruturas metálicas, concluída em 2013, a construção de uma base naval e de um estaleiro em Itaguaí – RJ, já com algumas áreas em operação, de quatro submarinos convencionais oriundos da classe francesa *Scorpène* (um já lançado ao mar em 2018, o S-BR *Riachuelo*).

Esse programa deriva de um acordo de cooperação técnico-militar com a República Nacional Francesa, principalmente no que tange à transferência de tecnologia apenas para a construção dos submarinos com propulsão convencional. A inter-relação entre esse projeto estratégico, central à soberania nacional e às demais áreas ligadas ao PEM, é muito importante para o desenvolvimento sustentável, ante as mudanças sistêmicas que se vivenciam atualmente.

⁷ O submarino convencional de propulsão nuclear é um submarino de ataque que não possui armamento nuclear. Além de possuir elevado poder de ocultação, pode atingir velocidades elevadas que garantem o ataque a meios inimigos sem a limitação de setores, ou seja, pode realizar ataques nos 360 graus. Eles também podem permanecer em áreas marítimas por um período muito grande, dependendo, tão somente, da fadiga da tripulação e do abastecimento de material para combate e gêneros alimentícios. Esses dados apresentam vantagens quanto ao emprego estratégico, enquanto os submarinos convencionais, como os de propulsão diesel-elétrica, possuem a vantagem tática de serem mais silenciosos, atuando em setores específicos de áreas marítimas de interesse.

Desde a intenção da criação de um Programa Nuclear Brasileiro, liderado, á época pelo Almirante Álvaro Alberto, após a 2ª Guerra Mundial, percebeu-se que o cerceamento tecnológico efetuado pelas grandes potências, principalmente dos EUA, foi uma constante. Períodos de maior e menor alinhamento político-estratégico com a grande potência hegemônica ocorreram nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e nos anos 2000, até que o Brasil dominasse a importante etapa do domínio completo do ciclo de combustível nuclear em nível industrial, obtido por desenvolvimento próprio, em 2010.

Recentemente, quanto mais avança o projeto do SCPN, mais avançam os cerceamentos na política, como, por exemplo, nas pressões para que o Brasil adira ao protocolo adicional⁸ de 1997, do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Esse fato envolve a aceitação de outras salvaguardas que permitiriam um controle internacional severo e sujeito a inspetores internacionais da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) ao programa nuclear brasileiro de enriquecimento de urânio para fins pacíficos. Cabe ressaltar que o Programa Nuclear da Marinha se encontra sob salvaguarda da AIEA e, ainda, da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017). Essa nova adesão sem maiores contrapartidas, como foi feito por ocasião da adesão ao TNP, pode afetar o desenvolvimento do sistema de propulsão do submarino nuclear, com a revelação de segredos industriais.

Ademais, restrições orçamentárias recorrentes, independente dos vieses ideológicos dos governos, que não valorizam a importância da defesa militar-naval, contribuem para constantes atrasos e dificuldades tecnológicas de

⁸ É importante ressaltar que o Brasil não aderiu até hoje ao Protocolo Adicional ao TNP, que estabelece um controle internacional severo e sujeito a inspetores internacionais da Agência de Energia Atômica Internacional (AEAI) ao Programa Nuclear brasileiro de enriquecimento de urânio para fins pacíficos.

consecução do SCPN-BR. Importante salientar que o submarino, além de seu alto valor militar para a defesa avançada, em profundidade, além dos limites jurisdicionais, representa um salto tecnológico imenso, com espalhamento dessa tecnologia em uso civil. Todo o desenvolvimento nuclear brasileiro é nacional, o que perpassa mais de cinco décadas de investimentos mais significativos. Isso representa a execução do chamado triplo hélice, ou seja, a cooperação envolvendo a universidade, a indústria e a Marinha do Brasil.

Apenas seis países no mundo constroem e operam submarinos com propulsão nuclear – os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a Rússia, França, China e Índia. Não por acaso, com exceção da Índia, todos são Estados com assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Brasil tenta entrar nesse seleto grupo de desenvolvimento tecnológico nuclear. O alcance completo do Brasil nesse processo científico incrementaria o Poder Nacional em todas as suas áreas de atuação. Especificamente à defesa militar naval, cresceria e muito o poder dissuasório de seu Poder Naval, equiparando-se a potências médias e de maior projeção oceânica. Além disso, o Brasil poderia participar de forma mais robusta em ações militares propostas pelo CSNU. Este seria um fator preponderante para o pleito do Brasil a uma cadeira permanente nesse instituto de poder.

A matriz nuclear é uma das mais limpas energias do planeta, além de ser amplamente capacitadora em diversas áreas da indústria, não apenas para a produção de energia, mas na fabricação de fármacos, desenvolvimento de equipamentos na medicina, na agricultura e na fabricação de armas – o que não é mais a intenção brasileira, desde a ratificação do TNP.

Apesar de ser um país que acredita na solução de controvérsias de forma pacífica, na autodeterminação dos povos e na não interferência em assuntos

internos de outros países, as potências deste pequeno clube nuclear não cooperam significativamente na área, dificultando o desenvolvimento não apenas dessa, mais de outras tecnologias consideradas sensíveis. Decerto, países com o domínio do ciclo de combustível nuclear e com tecnologia de enriquecimento de urânio em níveis acima dos limites determinados pela AIEA podem tornar-se contestadores do *status quo* sistêmico, o que explicaria, em parte, o cerceamento a Estados que buscam capacitar-se nuclearmente.

Outra explicação ao cerceamento relaciona-se ao entendimento do processo de globalização. A ilusão de um mundo unipolar com o fim da Guerra Fria, em 1991, trouxe à tona o pensamento único de que a globalização deveria ser implementada nos países emergentes por meio da ideologia neoliberal. Com isso, esta seria benéfica a todos os Estados, que usufruiriam do livre mercado, como forma de trazer produtividade a suas indústrias. Se num primeiro momento isso se concretizou, rapidamente a globalização se tornou regida pelo mercado financeiro mundial (CERVO, 2002). Assim, as finanças se tornaram globais, constituindo a principal das atividades econômicas internacionais, mediante os processos, conjugados de multinacionalização e transnacionalização (SANTOS, 1994; 2001). Criou-se, portanto, uma forte dependência estrutural no Estado brasileiro, as quais podem ser enumeradas como dependências financeira, empresarial e tecnológica (CERVO, 2002).

Ademais, propalou-se que os Estados emergentes estariam sob o guarda-chuva da potência vencedora do Ocidente e não precisariam mais investir vultosos recursos para desenvolvimento tecnológico na área da defesa. Transferências tecnológicas ocorreriam a todos do sistema, fato que não ocorreu. Com isso, o Brasil abdicou da política de substituição de importações pela do livre mercado, sem maiores salvaguardas ou contrapartidas tecnológicas.

Como explica Longo (2007), as dificuldades de acesso a tecnologias sensíveis não diminuíram, mesmo ao longo da breve unipolaridade e do institucional-liberalismo dos anos 1990 e das décadas seguintes. Na realidade, esse modelo globalitário tem se mostrado um dos principais fomentadores do atraso tecnológico e desindustrialização que se vivencia na maioria dos Estados periféricos.

GLOBALIZAÇÃO, GLOBALITARISMO E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

A globalização, definida por Milton Santos (2001) como a mundialização de tudo: da produção, do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da política e da cultura, “cada qual sustentado, arrastando, ajudando a impor a outra”, contribui para a unicidade das técnicas, seus tempos de uso e a mais valia no nível global. Assim, amplia-se e aprofunda-se o processo de internacionalização em prol dos mais ricos do sistema.

Assim, pelo viés político-estratégico-econômico, os Estados relativamente mais pobres, ou com menores taxas de Poder real passaram a ser os objetos preferenciais de ingerências externas. A maior globalização já vista mostra-se, também, a mais assimétrica e descompensada, o que tem aumentado as desigualdades mundiais, regionais e locais. Os países periféricos (mais afetados) estão sendo simplificados e relegados a mero depósitos de recursos, espaços de reservas técnicas das potências hegemônicas, como sempre foram ao longo da história. Esses países passaram ser considerados como espaços *nacionais da economia internacional*. Logo, a engenharia mais moderna, criada em cada Estado, acaba sendo mais bem utilizada por firmas transnacionais do que em prol da própria sociedade nacional (SANTOS, 2001).

Da mesma forma que a globalização amplia as possibilidades de circulação, a informação passou a constituir um dado revolucionário nas relações entre os diversos atores do sistema internacional. Nas palavras de Santos (2001, p.78), “cria-se e recria-se incessantemente uma pobreza relativa, que leva a classificar os indivíduos pela sua capacidade de consumir, tal qual uma hierarquização entre Estados”, nesse caso o Centro e a Periferia.

Nessa subjugação de Estados e indivíduos, pelas restrições de acesso a informações e, conseqüentemente, a tecnologias, junta-se o problema da escassez de recursos para “girar a roda” desse sistema. Sobre as *commodities*, Harvey (2001; 2005) aborda a possibilidade de transformar em renda qualquer serviço ou mercadoria, desde que estes sejam raros, singulares e exclusivos. Portanto, recursos outrora abundantes e hoje escassos, em processos de substituição, em extinção ou ainda de difícil exploração – no caso do mar, os hidrocarbonetos e nódulos polimetálicos em águas sob jurisdição ou adjacentes – tornam-se prioritários ao uso e manutenção da produção das potências hegemônicas capitalistas. Dessa análise, percebe-se que conhecer, integrar atividades cooperativamente e defender nossos espaços marinhos deve ser prioridade.

Boa parte do mundo tem sido levada a embarcar política, econômica e culturalmente no atual modelo de globalização. A emulação do consumismo, do modo de vida, das instituições políticas e financeiras de Washington tem contribuído para o processo de acumulação interminável do capital, sendo seus interesses inseridos na geopolítica do capitalismo. Não há um jogo de soma zero, os mais ricos ganham muito e os mais pobres quase nada ganham (HARVEY, 2004). Isso explica que as técnicas do chamado “Estado da Arte” são disponibilizadas apenas a alguns, mesmo entre as grandes potências, o que gera um número maior de bilionários e concentração de renda.

Santos (1996) acrescenta que esses processos do globalitarismo⁹ são compostos por horizontalidades e verticalidades, pois suas relações e processos ocorrem tanto de maneira contígua, quanto de modo descontínuo. As verticalidades são hierárquicas e criam interdependências, assegurando o funcionamento socioeconômico global.

A tendência, caso não ocorra uma reformulação no sistema mundial que represente o mundo atual e não aquele do fim da 2ª Guerra Mundial, é que as discrepâncias locais, regionais e mundiais se aprofundem, causando mais conflitos e a redução da cooperação, principalmente de tecnologias sensíveis, cada vez mais disputadas, inclusive por atores transnacionais. China, Rússia e Índia, que representam juntas mais de um terço da população mundial, já dão sinais de que não aceitarão um papel passivo no atual concerto das nações, ante os blocos hegemônicos formados. É o que se observa, no presente momento, na Ucrânia¹⁰ – uma disputa de poder entre potências centrais e sua aliança militar estratégica (OTAN) em uma política de expansão e de contenção da Rússia que busca retomar seus espaços de poder e de interesse estratégico de um passado não muito distante, o que engloba o domínio de recursos vivos e não vivos no mar, no solo e subsolo.

O Brasil, pelo seu poder potencial, poderia ser um ator revisionista no sistema. Porém, seu atual poder real, principalmente seu *hard power* militar-

⁹ Nas palavras de Santos (1999, p.3) “Eu chamo a globalização de *globalitarismo*, porque estamos vivendo uma nova fase de totalitarismo. O sistema político utiliza os sistemas técnicos contemporâneos para produzir a atual globalização, conduzindo-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão, que exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem dependentes, como se fossem escravos de novo. Escravos de uma lógica sem a qual o sistema econômico não funciona. Que outra vez, por isso mesmo, acaba sendo um sistema político.

¹⁰ Sobre a Ucrânia, convém fazer um adendo. O país abriu mão do arsenal nuclear soviético, que se encontrava em seu poder, sob as promessas de que os EUA e a Rússia nunca discutiriam sua soberania. No entanto, a política internacional é dinâmica e sendo realista, não se pode abdicar de tamanho poder militar por meros acordos, por mais formais que sejam.

naval, ainda está muito aquém para pleitear postos hierárquicos superiores no tabuleiro da geopolítica do capitalismo que se apresenta. Na atual situação de desindustrialização do Brasil, conforme a Figura 1, a consecução de uma Base Industrial de Defesa parece ser o ‘vale do silício nacional’ para impulsionar por *spin off* outros setores industrializados. E isso passa, necessariamente, pela energia nuclear. A construção de usinas nucleares com tecnologia segura impulsionaria a economia do país, aumentando a demanda energética, concomitantemente a outras energias limpas, como a eólica e a produzida por ondas, por exemplo.

A construção do SCPN-BR é parte importante desse processo, vital à soberania marítima brasileira e de aumento da credibilidade do uso da energia nuclear e que se correlaciona à elaboração de um Planejamento Espacial Marinho nacional integrado e cooperativo, o que reforçaria a economia do mar que atualmente, engloba cerca de 19% do PIB nacional.¹¹

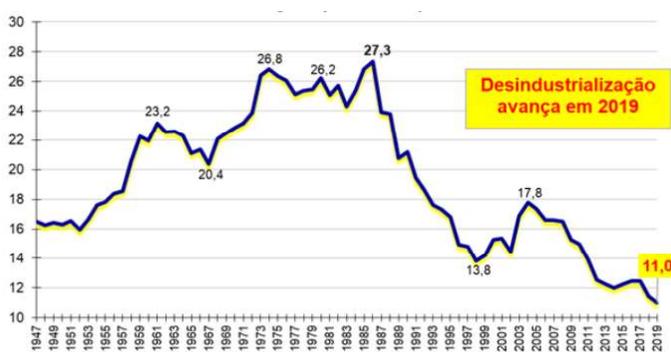


Figura 1. Percentual do Setor Industrial no PIB de 1947 a 2019.

Fonte: Dados do IBGE e MORCEIRO (2019).

¹¹ Segundo a tese de Carvalho (2018), conforme metodologia própria e baseada em dados de 2015, cerca de 19% do PIB brasileiro têm origem no mar, o que representou valores da ordem de 1,1 trilhão de reais naquele ano.

A desindustrialização e a participação atrasada do Brasil na 3ª Revolução Industrial (Revolução tecnológica) e na 4ª Revolução industrial (Tecnologia de Informação) – que já é uma realidade nas grandes potências – mostram o quão longe o Brasil se encontra em uma comparação hierárquica com as principais potências mundiais. Como a periferia não domina as fontes da inovação tecnológica, a elevação de sua produtividade significa a deterioração dos termos de troca. Ou seja, o Brasil tem se transformado em um mero país exportador de commodities, modernizado por aparatos tecnológicos de um setor muito restrito (agronegócio), apresentado como solução, mas que não causa significativo *spin off* em outras áreas, além de pouquíssimo valor agregado às mercadorias produzidas.

De acordo com as palavras ditas pelo Professor Emérito da UFF Eurico de Lima Figueiredo (2015b, p.62), “o poder e a política devem vincular-se à independência nacional que, por sua vez, está vinculada à defesa e ao desenvolvimento, assim como se pode dizer que não ocorre verdadeiro desenvolvimento sem sistemas críveis de defesa. Desenvolvimento e defesa são conceitos que não podem ser pensados *indissociadamente*” (grifo nosso).

A consecução de um pensamento crítico legitimamente nacional, oriundo de um debate contínuo envolvendo toda sociedade em um projeto de país, contribuirá para um Brasil desenvolvido racional e sustentavelmente, e livre de amarras institucionais, internas e externas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atlântico Sul e mais especificamente as águas jurisdicionais brasileiras são espaços marinhos repletos de riquezas e de grande importância geopolítica. Sua posição estratégica e linhas de comunicação marítimas

representam aos países de seu entorno a principal via de transporte para o comércio exterior envolvendo o Atlântico Norte, a Europa, o oceano Pacífico, o oceano Índico e a Ásia.

Atualmente, as novas ameaças já se encontram em praticamente todos esses espaços. Porém, convém não se esquecer das ameaças tradicionais, de atores com maior poder relativo no sistema internacional, haja vista a escassez cada vez mais presente de recursos, principalmente energéticos, devido, principalmente, ao maior, mais assimétrico e desigual processo de globalização. Para conservar, proteger e usar esses espaços marinhos, visando ao desenvolvimento sustentável, é preciso conhecê-los profundamente, além de compreender as diversas atividades e interesses lá existentes e como elas podem se inter-relacionar.

Todas as áreas ligadas ao mar são importantes. Deve-se entender a área da defesa militar-naval como essencial para a consecução dos objetivos das outras atividades marinhas. Sem ela, o mar pode ser securitizado em prol de interesses estranhos ao Estado brasileiro.

Nessa linha de pensamento, o Programa Nuclear da Marinha vem, desde o final dos anos 1970, caminhando, apesar dos diversos cerceamentos políticos do pequeno clube internacional nuclear. A escolha do modelo neoliberal para o processo de globalização, a partir dos anos 1990, não vem trazendo ganhos significativos ao Brasil, especialmente quanto à transferência de tecnologias sensíveis, mesmo com a adesão a praticamente todos os instrumentos diplomáticos que relativizaram nossa soberania na questão nuclear.

Para a defesa de nossas riquezas marinhas e de nossa própria soberania, um Poder Marítimo e, por consequência, um Poder Naval crível se mostram extremamente necessários para a manutenção dos interesses e objetivos

nacionais, quando esgotados os esforços diplomáticos, com o uso da força como *ultima ratio*. Para tal, tanto o PEM quanto o SCPN-BR coadunam-se como esforços nacionais, envolvendo o triplo hélice para o desenvolvimento sustentável, incrementando a dissuasão, a negação de uso do mar e do controle de áreas marítimas no Atlântico Sul. No atual modelo de globalização, apenas as técnicas necessárias para a manutenção da produção capitalista no espaço são repassadas aos países periféricos. Até mesmo as tecnologias sensíveis, presentes nas potências hegemônicas, são destinadas a alguns poucos atores internos.

Esse globalitarismo, conceito muito bem definido por Milton Santos como a adoção de um pensamento único totalitário na escolha do modelo de desenvolvimento de boa parte das nações pela globalização, tem refletido nos parques investimentos em tecnologia no Brasil, principalmente em energia nuclear. Inclusive, com sua *demonização* por setores nacionais, principalmente nos anos 1980 e 1990, com o acidente na usina nuclear de Chernobyl, em 26/04/1986, na ex-URSS, e na usina nuclear de Fukushima, em 11/03/2011, no Japão. Essas campanhas de desinformação dificultam o completo domínio da energia nuclear no Brasil, de forma autóctone, o que tem contribuído para o processo de desindustrialização vivenciado atualmente. É mais conveniente às potências hegemônicas que o Brasil se transforme em uma grande fazenda exportadora de *commodities*, tal qual no período pré-industrial.

A energia nuclear, o SCPN-BR e o PEM podem ser irracionalidades a um pensamento hegemônico, que possibilite um desenvolvimento mais autóctone e de busca por uma nova globalização que beneficie, com menos desigualdades, os países do sul em desenvolvimento. Como dizia o Almirante Vidigal, a subordinação intelectual a pensamentos estratégicos hegemônicos é lesiva aos interesses nacionais.

O setor tecnológico da defesa militar-naval pode agregar valor a outros setores civis, proporcionando um novo processo de industrialização nacional, restrito, mas de alto valor agregado, como um novo “vale do silício nacional”. Este processo de contra racionalidades ao atual sistema vigente depende, no entanto, de vontade popular e, por conseguinte, maior vontade dos governos, tal qual Mahan já previra no final do século XIX para a consecução de uma grande potência marítima. Países que atuarem de forma mais autônoma e independente, em ações estratégicas interligadas ao mar, nossa última fronteira, alcançarão condições ótimas para o binômio: defesa e desenvolvimento, além de manutenção da soberania e maior projeção regional e internacional. O desafio no Brasil é grande. O PEM tem previsão de término de sua elaboração até 2030. A previsão de lançamento ao mar do primeiro submarino convencional com propulsão nuclear já está em 2032.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, B.C.L.L. Em defesa do país. *Carta Capital*, V.974, 18 out. 2017 (Entrevista concedida a Carlos Drummond).

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia de Defesa Nacional (END)*. Brasília, 2016. Diário do Congresso Nacional. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/30745258/publicacao/30745596>>.

BRASIL. Ministério da Defesa. Decreto Legislativo N.373 de 2013. *Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa*, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem N.83, de 2012 (Mensagem N.323, de 17 de julho de 2012, na origem). 2012a. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>.

- BRASIL. Ministério da Defesa. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*, 2016. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/afinep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf>.
- CARVALHO, A.B. *Economia do Mar: conceito, valor e importância para o Brasil*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre-RS, 2018.
- CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45, N.2, p.5-35, 2002.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima; MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. O Papel do Brasil na Segurança Marítima no Atlântico Sul. *Revista da Escola de Guerra Naval*, V.21, N.2, p.25-62, 2016.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os Estudos Estratégicos, a Defesa Nacional e a Segurança Internacional. In: LESSA, Renato (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais: Ciência Política*. São Paulo: Discurso Editorial, 2010.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os Estudos Estratégicos como Área do Conhecimento Científico. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, V.2, N.2, p.107-124, 2015a.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Pensamento Estratégico Brasileiro – Discursos*. Rio de Janeiro: Luzes, 2015b.
- HARVEY, David. *Spaces of Capital. Towards a Critical Geography*. New York: Routledge, 2001.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

MAHAN, A.T. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Read Books Ltd. 2011. Disponível em: <<https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>>.

MARRONI, Etienne Villela. Coalizões Estratégicas para a Diplomacia Marítima: breves considerações. *Naval War College Journal*, V.23, N.2, p.400-42, 2017.

MARRONI, Etienne Vilela; DE CASTRO, Flávia Rodrigues; VIOLANTE, Alexandre Rocha. Securitização do meio ambiente: segurança humana e responsabilidade de proteger para todos? *Revista da Escola de Guerra Naval*, V.24, N.1, 2018.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. Entrevista Milton Santos. *Teoria e Debate*. 06/02/1999. Disponível em: <Teoria e Debate | Milton Santos - Teoria e Debate>. Acesso em: 15 mar. 2022.

TILL, Geoffrey. *Seapower: a guide for the twenty-first century*. London: Routledge, 2013.

UNITED NATIONS (UN). *Report of the United Nations Conference to Support the Implementation of Sustainable Development Goal 14: Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources for sustainable*

development. 5 / 9 June 2017. United Nations Headquarters. Disponível em: <<https://undocs.org/A/CONF.230/14>>.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Importância da Indústria Bélica para a Segurança Nacional. *Revista Marítima Brasileira*. 4º trimestre de 1988b. In: Coletânea Vidigal. Rio de Janeiro. V.138. Suplemento. p.1-384, 2018.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. O Submarino Nuclear no Planejamento Espacial Marinho no Brasil (2012-2020). *Caderno da II Jornada Discente do Programa de Pós-Graduação de Estudos Estratégicos (PPGEST)*. Niterói, RJ. 2020.

